

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 256 - Brasília, sexta-feira, 28 de junho de 1996

## Chega ao Congresso pauta da convocação

*Lista das matérias a serem apreciadas inclui 36 itens: nove propostas de emendas à Constituição - das quais sete se encontram na Câmara e duas no Senado - e 27 projetos de lei*



Luís Carlos Santos (C) e Arruda levam a Sarney a lista de matérias para a convocação

### Financiamento para habitação é aprovado

O Senado aprovou ontem autorização para que a prefeitura de São Paulo tome financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 150 milhões, destinados ao seu projeto de construção de edifícios residenciais em favelas, conhecido como Projeto Cingapura. Os senadores aprovaram ainda autorização para que o estado de Minas Gerais e a prefeitura do Rio de Janeiro façam rolagem de suas dívidas mobiliárias que vencem no segundo semestre deste ano. **Página 2**

### PROJETOS DE LEI SÃO 27

Entre os projetos de lei incluídos na pauta de convocação extraordinária do Congresso, 14 estão na Câmara e 13 no Senado: rito sumário, diretrizes e bases da educação, crimes de tortura, extinção de adicional de tarifa portuária, navegação de cabotagem, destruição de aeronaves hostis, julgamento de policiais militares pela Justiça comum, cultivares-sementes, Agência de Energia Elétrica, contrato temporário, aposentadoria programada individual, indenização de vítimas de Caruaru, ressarcimento ao SUS, regulamentação do IPC, Código de Trânsito Brasileiro, redução de multa contratual, escuta telefônica, software, tempo de contribuição, Estatuto dos Militares, telefonia celular, contrato de trabalho rural, liminar em reintegração de posse, Ministério Público nas ações de desapropriação, regime tributário da microempresa e desmembramento de terras.

**Odacir sugere melhor tratamento a servidor público**

**Página 5**

**Arruda é o novo líder do governo no Congresso**

**Página 4**

O ministro Extraordinário para Assuntos Políticos, Luís Carlos Santos, apresentou na tarde de ontem ao presidente do Congresso, senador José Sarney, a lista das matérias a serem apreciadas durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional no mês de julho. A mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso oficializando a convocação deve chegar hoje.

Da relação, elaborada pelos líderes dos partidos que apóiam o governo e aprovada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, constam 36 itens - nove propostas de emendas à Constituição e 27 projetos. O novo líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), esclareceu que o Presidente reconhece a impossibilidade de votar todas essas matérias em um mês, mas decidiu incluir na pauta da convocação também algumas propostas cuja tramitação poderá ser acelerada.

Para atender a esse objetivo, a mensagem deverá determinar também o funcionamento das comissões técnicas responsáveis pelos pareceres necessários à apreciação das proposições. Das propostas de emendas constitucionais, sete estão na Câmara (previdência, administração, sistema tributário, contribuição para a saúde, regime constitucional dos militares, crimes contra os direitos humanos, serviço civil obrigatório) e duas no Senado (criação de municípios e apoio ao ensino fundamental).

# Prefeitura paulista terá US\$ 150 milhões do BID para habitação

*Senado aprovou também autorização para que o estado de Minas Gerais e a prefeitura do Rio rolem suas dívidas mobiliárias*

O Senado aprovou ontem autorização para que a prefeitura de São Paulo tome financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 150 milhões, destinados ao seu projeto de construção de edifícios residenciais em favelas, conhecido como Projeto Cingapura. A prefeitura entrará com uma contrapartida de US\$ 100 milhões no projeto.



José Serra

O líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), criticou o diretor do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, que assinou parecer na última terça-feira informando que a proposta de financiamento contava com a aprovação da Câmara Municipal paulista, quando a autorização não estava publicada no *Diário Oficial*. Dutra votou a favor do projeto. Esperidião Amin (PPB-SC), relator da matéria, defendeu a

aprovação, lembrando que é a primeira vez em 20 anos que um organismo internacional financia no Brasil a construção de habitações populares. José Serra (PSDB-SP) informou que, pela primeira vez, há dinheiro do governo federal para financiar a habitação popular, mas faltam projetos dos estados e municípios. Foi aprovada ainda a autorização para que Minas Gerais e a prefeitura do Rio de Janeiro façam rolagem de suas dívidas mobiliárias que vencem no segundo semestre deste ano.

## Músico popular fará exame para entrar na Ordem

Os senadores aprovaram ontem projeto substitutivo, apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais, instituindo o exame de habilitação junto à Ordem dos Músicos do Brasil para quem se dedica ao gênero de música popular. Só depois de aprovados por uma banca examinadora esses músicos obterão carteirinha da Ordem, a qual permitirá o exercício da profissão em todo o território nacional.

O projeto altera a lei que criou a Ordem dos Músicos e prevê que cada estado terá um conselho regional. Ficam ainda extintas carteiras diferenciadas para os músicos e será criada apenas uma carteirinha para todo o País. O projeto ainda será submetido a turno suplementar no Senado e depois volta a votação na Câmara.

## Código de Mineração terá exame concluído em agosto

O Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara que altera dispositivos do Código de Mineração e as 39 emendas, todas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, acolhidas pelo relator, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). Também foi aprovado o destaque, de autoria do próprio relator, à Emenda nº 40, da Comissão de Assuntos Sociais, retirando a expressão "poderá ser" do artigo 15 do projeto.

Entretanto, ficou pendente de votação o parágrafo 3º da Emenda nº 28, em razão de destaque apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ocasião em que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), na presidência dos trabalhos, suspendeu a sessão. A matéria deverá ter sua votação concluída a partir do mês de agosto.

Conforme o destaque apre-

sentado por Fernando Bezerra, o artigo 15 do projeto determina que "a autorização de pesquisa será outorgada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a brasileiros, pessoa natural, firma individual ou empresas legalmente habilitadas, mediante requerimento do interessado".

O projeto sobre o Código de Mineração, encaminhado em 1993 pelo Executivo e já aprovado pela Câmara dos Deputados, tem, segundo o relator, "o propósito de simplificar e desburocratizar o acesso aos recursos minerais do subsolo brasileiro". Em sua tramitação no Senado, a matéria passou pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que aprovou as 39 emendas, todas de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES).



Fernando Bezerra

## Representação da Casa em julho já está definida

O plenário aprovou ontem os senadores que vão integrar a Comissão Representativa que funcionará no mês de julho, independente da convocação extraordinária. A comissão representa o Senado para tratar dos assuntos não incluídos na pauta de convocação do Executivo. Entre outras atribuições, a comissão pode convocar ministros a dar explicações por escrito sobre assuntos relevantes e manter a fiscalização de atos do Executivo.

Foram escolhidos titulares os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Ernandes Amorim (PMDB-RO), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Odacir Soares (PFL-RO), José Roberto Arruda (PSDB-DF), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Epitácio Cafeteira (PB-MA). Serão suplentes Ney Suassuna (PMDB-PB), Nabor Júnior (PMDB-AC), Júlio Campos (PFL-MT), Hugo Napoleão (PFL-PI) e Sérgio Machado (PSDB-CE).

## Senado aprova louvor à OEA por prêmio a Darcy

O Senado aprovou parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), propondo um voto de louvor à OEA pela concessão do Prêmio Interamericano de Educação *Andrés Bello* ao senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), em reconhecimento à sua atuação na área educacional, no Brasil e no exterior.

Segundo a relatora do parecer, Benedita da Silva (PT-RJ), Darcy foi escolhido entre 13 finalistas das Américas.



Darcy

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

# Lucena propõe rolagem de dívida estadual

*Projeto estabelece que refinanciamento será feito pelo Tesouro Nacional em prazo mínimo de 30 anos, beneficiando também os municípios e o Distrito Federal*



A Comissão Especial do Nordeste reuniu-se ontem para debater os problemas da região

## Para Benedita, hospital não pode recusar paciente

Os hospitais geriátricos não podem recusar doentes com a justificativa de que seu tratamento esteja "fora das possibilidades terapêuticas", segundo disse ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Ela sugeriu que o governo adote ações imediatas para resolver a situação "deplorável" dessas clínicas.

Benedita informou que a comissão especial que investiga a situação dos hospitais geriátricos do Rio de Janeiro não pôde tomar ontem depoimentos de três profissionais da Clínica Santa Genevieve - o sócio Eduardo Espínola, o diretor Roberto Dias e a administradora Silvia Maria da Conceição - por causa da prisão dos depoentes.

- Ainda há muitos donos e funcionários dessas instituições para serem detidos, já que a impunidade tem levado ao enriquecimento dos maus profissionais às custas da vida de seus pacientes - afirmou. Ela recebeu apoio de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Humberto Lucena (PMDB-PB).

## Waldeck cobra ações que reduzam diferença regional

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) afirmou ontem que o governo federal deve propor ações mais rápidas visando a reduzir o quadro atual de diferenças regionais no País, sobretudo para enfrentar o desemprego que atinge as regiões mais pobres e provoca o fluxo migratório para o Sudeste. Segundo o senador, até o momento "não se vê melhoria visível decorrente das políticas regionais do governo no Nordeste, o que pode ser constatado por uma retomada das migrações depois de um breve declínio".

Ornelas é o relator da Comissão Especial do Senado destinada a promover estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para o Nordeste. Presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), a comissão ouviu na manhã de ontem, em audiência pública, os diretores do Ipea Cláudio Considera e Gus-

tavo Maia, e o assessor especial do Ministério do Trabalho, Jorge Jatobá, que falaram sobre desenvolvimento humano no Brasil.

Cláudio Considera fez uma análise das dificuldades do Nordeste com relação a recursos humanos, destacando a falta de mão-de-obra especializada como fator de atrofiação da economia da região. Por esse fato, acentuou, o parque industrial do Nordeste é tido como primário. A seu ver, o papel do Estado na área de recursos humanos seria o de investir muito mais em educação.

Por sua vez, o assessor Jorge Jatobá informou que o Ministério do Trabalho está implementando vários programas voltados para a geração de empregos na região, entre eles o Pró-Emprego, que conta com recursos da ordem de R\$ 6 bilhões, garantidos pelo BNDES.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) apresentou ontem projeto de lei estabelecendo o refinanciamento, pelo Tesouro Nacional, por um prazo mínimo de trinta anos, das dívidas dos estados, municípios e Distrito Federal. O projeto refere-se a dívidas que não foram abrangidas pela Lei da Rolagem, de 1993, e por duas resoluções subsequentes do Senado, de 1994 e 1995.

Estados e municípios, na proposta de Humberto Lucena, refinanciarão dívidas referentes a empréstimos junto a bancos oficiais contratados até 30 de novembro de 1991, suas renegociações e as obrigações de estatais junto ao INSS e ao FGTS. O senador também inclui na rolagem outros débitos porventura contraídos até 30 de abril de 1996, "inclusive repactuações posteriores a essa data". O refinanciamento seria feito em 360 parcelas mensais consecutivas, sem carência, atualizadas pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e calculadas com base na Tabela Price, à taxa de juros de 6% ao ano.

Na justificativa de sua proposta, Lucena avalia que as rolagens já realizadas e o Programa de Apoio aos Estados, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional em 1995, somados aos débitos não abrangidos por eles, resultam em despesa vinculada no "insuportável patamar de mais de 20% da receita líquida real" de estados e municípios.

Segundo o senador, a situação financeira das unidades federadas precisa ter uma solução definitiva, como a que prevê em sua proposta. Do contrário, estará decretada a falência da Federação, disse.

# Para Maldaner, ingresso do Chile fortalece Mercosul

*Outro fato relevante destacado pelo senador é a existência de "um forte movimento" pela entrada da Bolívia e da Venezuela. A próxima reunião dos países-membros será em Fortaleza*

## Cafeteira pede explicações de Pedro Malan

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) encaminhou ontem à Mesa requerimento de informações ao Ministério da Fazenda, pedindo que o ministro Pedro Malan apresente a lista de devedores considerados inadimplentes pelo Banco do Brasil, o valor de cada débito e da garantia oferecida, a data do início de cada operação, além dos nomes e dos cargos de quem autorizou a concessão dos créditos.

Cafeteira lembrou que, em 11 de junho, recebeu cópia de um aviso do ministro Pedro Malan e do presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, justificando o não-atendimento das informações, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário. No entanto, parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, elaborado a pedido do presidente do Senado, considerou obrigatório o atendimento às solicitações feitas pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional.

A entrada do Chile no Mercosul, que participou do encerramento da última reunião do bloco, ocorrida na Argentina, nesta semana, representa a integração de um PIB de 67 bilhões de dólares ao mercado regional. Além disso, afirmou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), o Chile é um país que detém 27% do PIB em poupança interna, índice superior ao alcançado por Brasil e Argentina, da ordem de 18%.

Casildo Maldaner, assim como a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), acompanhou a reunião de presidentes e parlamentares do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Segundo o senador, além da integração do Chile ao



Casildo Maldaner

Mercosul, outro fato relevante foi a existência de "um forte movimento pela entrada da Bolívia e da Venezuela".

A próxima reunião do Mercosul será realizada no segundo semestre, em Fortaleza, sob a presidência do Brasil, informou Maldaner.

## Parecer de Cabral sobre regulamentação é alvo de elogios

O presidente da comissão especial incumbida de elaborar projetos reguladores das emendas constitucionais da ordem econômica, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), elogiou ontem o parecer do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovado na manhã de ontem pela comissão.

No parecer, Cabral analisa os projetos de lei que tratam da regulamentação de dispositivos da Constituição modificados pelas Emendas Constitucionais nº 5, 6, 7, 8 e 9, dispondo sobre a flexibilização do monopólio no setor petrolífero, exploração de gás canalizado, distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, navegação de cabotagem e serviços de telecomunicações.

Alcântara disse que o relatório foi elaborado com rapidez e eficiência, destacando que Cabral fez algumas sugestões e um amplo levantamento das diversas posições sobre o assunto. O senador cearense lembrou que, quando propôs a criação da comissão especial, o fez com o objetivo de permitir que o Senado se antecipasse na discussão das matérias.

Apoiando, em aparte, o pronunciamento de Lúcio Alcântara, o senador Romeu Tuma (PSL/SP) considerou o relatório isento e primoroso. Também em aparte, Bernardo Cabral comentou pontos de seu relatório.

## Elcio anuncia Arruda como líder do governo

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), comunicou ontem, ao plenário, a indicação, pelo presidente da República, do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) para líder do governo no Congresso Nacional. Alvares disse que o senador indicado deu "valiosa colaboração nos resultados favoráveis ao governo no Senado".

Elcio Alvares fez questão, também, de cumprimentar a bancada federal do PSDB e de registrar que o deputado Germano Rigotto, que exercia o cargo para o qual Arruda foi



José Roberto Arruda

indicado, "fez um trabalho notável". O deputado irá disputar as eleições para a prefeitura de Caxias do Sul (RS).

# Hostilidade desestimula servidor, alerta Odacir

*Senador condena discurso governamental que coloca o funcionário como vilão da crise e culpa essa prática pela evasão dos quadros mais qualificados do setor público*

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu ao presidente da República para que "promova o quanto antes a mudança no discurso negativista e hostil que seus agentes vêm endereçando aos servidores públicos", até porque, segundo o parlamentar, isso só resulta em desestímulo para a categoria. O senador referia-se a artigo assinado por Franklin Martins e publicado recentemente em *O Globo*, segundo o qual o presidente Fernando Henri-



Odacir Soares

que Cardoso considera tão grave a crise da administra-

ção pública que diagnosticou a situação do Estado brasileiro como em frangalhos.

## DISCRIMINAÇÃO

Odacir considerou essa opinião, sob vários aspectos, injusta e mal enfocada, "sobretudo quando tenta inculpar os servidores públicos, responsabilizando-os de forma quase exclusiva pelo desmantelo da máquina estatal". No seu entender, a discriminação do governo é "descabida e odiosa", visto que os funcionários não são os vi-

lões dessa crise.

O senador admitiu que é baixa a capacidade operacional da administração pública, mas argumentou que a degradação progressiva da máquina estatal chegou ao ponto em que se encontra em razão das "reformas frustradas e frustrantes que lhe têm sido impostas por sucessivos governos". Ele criticou o tratamento desestimulante dado aos servidores, responsabilizando essa prática pela debandada dos quadros mais qualificados do setor público.

## Alcântara defende descentralização, mas adverte para responsabilidades

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que ninguém é contra a descentralização do Estado, inclusive ele, mas cada nível de governo deve assumir suas responsabilidades sobre as ações de sua competência. Para o senador, o processo de descentralização não significa eximir-se de responsabilidades.

- Responsabilidades divididas entre o município, o estado e a União podem levar à falta de responsabilidade ou à irresponsabilidade. Então é preciso que nós atentemos que o processo de descentralização exige, também, que cada nível de governo assuma definitivamente aquilo que for da sua respon-

sabilidade - disse Lúcio Alcântara.

Segundo o senador, se a privatização e a globalização são irreversíveis, é preciso investir em órgãos reguladores, uma vez que o Brasil, pela sua complexidade, precisa ter uma força reguladora e de fiscalização do funcionamento dos serviços, no sentido de



Lúcio Alcântara

evitar o caminho da anarquia.

- Não se pode permitir que a descentralização seja elemento de degradação, que agrave o problema do povo brasileiro - afirmou ele.

Lúcio Alcântara entendeu que os responsáveis por esses serviços se comprometam com o público e não apenas com a sua empresa. Ele lembrou as recentes tragédias ocorridas em Caruaru, no shopping de Osasco e na Clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro. O senador condenou as tentativas de transferir a culpa pelos incidentes entre os governos municipais, estaduais e federais.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) apoiou o discurso do senador Alcântara.



Guilherme Palmeira

## Palmeira elogia Justiça trabalhista em Alagoas

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) disse que todos os serviços do Tribunal Regional do Trabalho em Alagoas estão informatizados. Segundo Palmeira, os maiores beneficiários dessa modernização foram os trabalhadores alagoanos que agora contam com uma efetiva proteção legal prestada de forma rápida, acessível e eficiente.

Conforme o senador, a eficiência dos resultados atingidos na Justiça trabalhista se deve à ação do juiz Francisco Osani de Lavor, que desde a instalação do Tribunal, há quatro anos, e em dois mandatos sucessivos como presidente do TRT alagoano, dobrou o número de Juntas de Conciliação e Julgamento em Alagoas.

# Osmar adverte para danos causados por anabolizantes

*Para senador, entidades de defesa do consumidor são contrárias ao uso do produto na engorda de animais e União Européia ameaça até proibir importação de carne brasileira*



Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PR) revelou ontem que 78% da população é contrária ao uso do anabolizante, pelos danos que o produto causa à saúde humana. Conforme o senador, a União Européia já advertiu que proibirá a importação de carne brasileira quando constatado o uso deste produto. Ele afirmou que na mesma posição estão o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Sociedade Brasileira de Medicina, a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária e o Ministério Públi-

co de Sergipe, entre outras entidades.

## LABORATÓRIOS

A favor do uso de anabolizante situam-se apenas os laboratórios fabricantes da substância e pequeno grupo de pecuaristas, disse o senador. Ele lamentou que projeto de lei de sua autoria dispondo sobre anabolizante esteja com a tramitação suspensa há um ano na Comissão de Assuntos Econômicos, em razão de pedido de vistas feito pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Osmar Dias protestou contra a demissão do presidente do Instituto de Pesquisas do Paraná, Wilson Pan, autor de parecer contrário ao uso de anabolizante em gado bovino. A opinião do técnico, segundo o parlamentar, teria desagradado o ex-ministro da Agricultura. Osmar Dias ressaltou, contudo, não acreditar que o governador tenha-se curvado diante de exigências dessa natureza. "Por esse motivo, aguardo esclarecimentos", acrescentou.

## Senado aprova pesar pela morte de ex-prefeito de Sobral

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitando a inclusão em ata de um voto de pesar e o envio de condolências à família do ex-prefeito de Sobral José Euclides Ferreira Gomes, falecido recentemente. O ex-prefeito era pai do ex-ministro da Fazenda e ex-governador do Ceará Ciro Gomes.

Lúcio Alcântara disse que a morte de José Euclides Ferreira Gomes enlutou o PSDB. Segundo o senador, o ex-prefeito de Sobral realizou uma administração exemplar, sobretudo pela honestidade no uso dos recursos públicos e pela sua intransigência no cumprimento da lei. O senador disse que José Euclides se notabilizou pela ética na vida pública.

## Freire insiste em pressa para o projeto que protege bancários

O senador Roberto Freire (PPS-PE) voltou a pedir, ontem, urgência para a votação do projeto de iniciativa de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destinado a impedir, por um determinado período, demissões nos bancos que receberam recursos do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro). Freire está recolhendo assinaturas num requerimento de urgência para esse projeto.

- Estou encontrando dificuldades para conseguir a assinatura do líder do PSDB, que disse ter que pensar mais um pouco para se decidir. Os desinteressados na votação desse projeto parecem querer garantir tudo ao capital e nada ao trabalho - disse o senador.

Roberto Freire informou que o senador Antonio Carlos Magalhães já assinou o requerimento de urgência, e voltou a assinalar a importância desse projeto, destinado a dar um mínimo de garantia aos empregados de instituições financeiras atendidas pelo Proer. Em todos os bancos que sofreram intervenção,



Roberto Freire

disse o senador, esses empregados estão correndo riscos de demissão.

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse que subscreveu o requerimento por considerá-lo uma iniciativa do maior significado no mercado de trabalho dos bancários. Ela explicou que, se aprovada, a iniciativa significará um ponto de referência nas intervenções realizadas no sistema financeiro. Ela apoiou as críticas de Roberto Freire aos líderes que hesitam em assinar o requerimento de urgência. O líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), apartou para dizer que em nenhum momento foi consultado sobre esse requerimento de urgência.

## Festival do Mar vira atração em Florianópolis

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) registrou a recente realização do Festival do Mar, em Florianópolis, afirmando que



Amin

o evento deverá transformar-se numa das principais datas do movimentado calendário turístico da capital catarinense. O maior mérito do festival, segundo o senador, foi desencaixar a apresentação de tudo o que vem sendo feito nos vários ramos da arte em Santa Catarina.

Amin afirmou que o Festival do Mar serviu para mostrar que Santa Catarina tem condições de gerar atrativos mesmo nos meses da chamada baixa temporada turística.

Conforme o senador, 50 mil pessoas assistiram às exposições, entre as quais espetáculos musicais, danças típicas, balé, exposição de quadros, artesanato, balonismo e esportes aquáticos. Amin ressaltou que o País precisa discutir seriamente a questão do turismo, que pode alavancar o crescimento econômico.

# José Ignácio denuncia processo de sucateamento da Polícia Federal

*Governo deve rever as suas prioridades orçamentárias e socorrer uma das instituições mais respeitadas no País, afirma o senador*



Jonas Pinheiro

## Jonas pede apoio para Ferronorte

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) solicitou ontem apoio ao Senado, aos governos federal e estaduais para a implementação da Ferronorte, pois, segundo ele, esse empreendimento abre uma nova perspectiva para o desenvolvimento da região central do País. O senador informou que a primeira etapa do projeto prevê a construção de um trecho de 400 quilômetros em Mato Grosso do Sul, São Paulo e Mato Grosso.

- Com essa primeira parte, a Ferronorte servirá diretamente aos importantes pólos agrícolas da região, oferecendo uma alternativa bem mais econômica para o escoamento dos produtos agrícolas do norte de Mato Grosso do Sul, sul de Goiás e Mato Grosso. Essa economia, já no primeiro ano, deverá alcançar R\$ 160 milhões, o que estimulará a agricultura e demais atividades econômicas da região - disse.

Para Jonas Pinheiro, o elevado custo com transportes, decorrente do enorme distanciamento dos centros fornecedores e distribuidores nacionais e internacionais, compromete a competitividade dos produtos regionais. "Nesse contexto, merece destaque especial a implantação da Ferronorte, pois a matriz de transportes está alicerçada quase exclusivamente na malha rodoviária, onde os custos são mais altos", frisou.

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) dirigiu apelo ao governo para que reexamine, com urgência, as suas prioridades orçamentárias e "socorra" a Polícia Federal. O senador denunciou que um processo de sucateamento está sendo colocado em marcha contra a PF, que segundo ele é uma das mais respeitadas instituições do País.

Para o senador, a Polícia Federal, hoje, nem de longe lembra aquele organismo policial imaginativo e competente que, através de técnicas modernas de investigação científica, transformou-se num exemplo marcante de combate à corrup-



José Ignácio

ção e de garantia da inviolabilidade do patrimônio público, com ampla folha de serviços prestados ao País.

### CAOS

José Ignácio informou que a crise que se abate sobre a PF é de âmbito nacional, mas preferiu restringir-se à polícia de seu estado. "O quadro apresentado pela PF no Espírito Santo é de caos absoluto pelo descaço com que o governo federal passou a encarar as suas atividades. Pelos relatórios que foram encaminhados, não estaria cometendo nenhuma imprudência se dissesse que, no Espírito Santo, a atuação da PF está comprometida em cerca de 70%", relatou José Ignácio.



Benedita da Silva

## Benedita cobra investigação da morte de PC

A versão da polícia alagoana para as mortes do empresário Paulo César Farias e de sua namorada Suzana Marcolino foi contestada ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ). "Não podemos tirar da população o direito de saber o que aconteceu. Temos que cobrar diariamente das autoridades para que o crime seja esclarecido", disse.

Para a senadora, os peritos que cuidam do caso não poderiam ter vacilações e nem se associar àqueles que, segundo ela, não querem esclarecer a verdade. Benedita afirmou ainda que as autoridades policiais alagoanas deveriam investigar quem poderia ter informações que levariam a um possível assassino do casal.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse que Paulo César Farias estava em liberdade condicional e por isso deveria ser protegido pelo Estado. Também em apartes, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sebastião Rocha (PDT-AP) apoiaram a senadora.

## Situação no Espírito Santo é crítica, confirma Tuma

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse ontem que o Conselho Diretor da Delegação Nacional dos Deputados de Polícia Federal (ADPF) pediu ao presidente da República a adoção de providências emergenciais de socorro à Superintendência da Polícia Federal em Vitória, no Espírito Santo.

Tuma relatou que o prédio-sede está interdito desde 1994 por causa de rachaduras, infiltrações, fiação elétrica exposta e existência de cupins. Instalada, provisoriamente, em outro local, a Polícia Federal no Espírito Santo está

com contas de energia elétrica, telefonia, água, limpeza, combustível e fornecedores de alimentação para os

presos atrasadas em até seis meses.

O senador também manifestou-se favorável à urgência para a votação do projeto de lei que cria o Fundo de Reestruturação, Reparelhamento, Modernização e Manutenção das Atividades da Polícia Federal (Funrepol). Romeu Tuma registrou ainda seu pesar pelo falecimento de Guido Fonseca, diretor da Academia de Polícia do Estado de São Paulo.



Romeu Tuma

# Cafeteira apóia fim de reedição de MP

Senador discorda da orientação do presidente da República de manter as atuais regras do jogo, tirando do Congresso o poder de legislar, a exemplo do que ocorreu com o decreto-lei



Carlos Bezerra

## Bezerra pede a recuperação do Liceu Cuiabano

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu ao ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, que ajude o estado e o povo de Mato Grosso a recuperarem o Colégio de Cuiabá, conhecido em toda a região central do País como Liceu Cuiabano. Segundo o senador, o colégio, centro de ensino de grande tradição, responsável pela formação cultural de milhares de jovens de Mato Grosso e de outros estados, está "morrendo à míngua" e precisa de R\$ 500 mil para não encerrar as suas atividades.

Bezerra anunciou que lutará para incluir novos recursos em favor do colégio no Orçamento Geral da União para o exercício de 1997. Ele disse que teve a honra de estudar no Liceu e informou que o colégio, com 1.700 alunos matriculados e 60 professores, "está caindo aos pedaços".

O líder do PPB, senador Epitácio Cafeteira (MA), afirmou ontem que vai apoiar a proposta do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) e qualquer outra que tenha o objetivo de acabar com a reedição das medidas provisórias. O senador disse ter ficado "constrangido" ao participar, ontem, de uma reunião no Palácio do Planalto com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual o governo deixou claro que não quer abrir mão da reedição das MPs.

- Reconheço que me precipitei anteriormente quando afirmei no plenário dessa

Casa que o Presidente desejava suspender a reedição das medidas provisórias e devolver ao Legislativo as suas prerrogativas - disse o senador. Ele lembrou que o decreto-lei - adotado em abril de 1964 -, "se não fosse aprovado no prazo, virava lei". E acrescentou que se também não é aprovada dentro do prazo uma medida provisória, o governo a reedita, tirando do Congresso o poder de legislar.



Epitácio Cafeteira

Segundo Epitácio Cafeteira, o governo "só precisa do Legislativo para fazer emenda constitucional, que precisa da presença de 3/5 dos parlamentares. Enquanto

isso, o Legislativo faz de conta que governa".

- As reuniões das quais eu participei com o presidente Fernando Henrique, como líder de meu partido, não terão segredo, porque o homem público não tem segredo - afirmou.

## CRE aprova indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem a indicação do nome do diplomata



Antonio Carlos

Geraldo Affonso Muzzi para chefiar a embaixada do Brasil em Benin, cumulativamente com a função de embaixador na Nigéria. Também foi aprovada a indicação do diplomata

Sérgio Queiroz Duarte para embaixador na Mongólia, função que deverá acumular com o posto que exerce na China.

Na mesma reunião, foi aprovado ainda parecer favorável do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) a emenda ao texto da Organização Marítima Internacional (OMI), aumentando de 32 para 40 o número de membros do conselho daquela

instituição. Essa iniciativa, segundo o relator, assegura uma representatividade mais adequada para a tomada de decisões pela organização. A emenda também modifica o artigo 17 da OMI, que estabelece três critérios pelos quais se determina o número de países a serem eleitos como membros do conselho, e o artigo 19, que define *quorum* para funcionamento do órgão.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Mircia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal